

DE PORTO CACAUEIRO A DESTINO TURÍSTICO: TRANSIÇÃO FUNCIONAL E PERMANÊNCIA DO ESPAÇO DERIVADO DE ITACARÉ, MUNICÍPIO DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Paulo Fernando MELIANI¹

Resumo

Antigo porto cacaueiro, a cidade de Itacaré, município do Estado da Bahia, passa por uma transição sócio-espacial ao assumir, a partir dos anos 1990, sua atual função de destino turístico. Desde sua origem, o município assumiu funções tributárias que estabeleceram uma formação sócio-espacial derivada de outros lugares. Itacaré já nasceu tributário, quando o aldeamento indígena, criado no início do século XVIII, produzia alimentos para Salvador por imposição da Coroa Portuguesa. Com a introdução do cacau no sul da Bahia e a consolidação de sua cultura, Itacaré tornou-se importante porto cacaueiro, enviando as amêndoas produzidas em sua hinterlândia para Ilhéus e Salvador, de onde eram exportadas. Durante a primeira metade do século XX, a demanda estrangeira por cacau foi responsável pela produção do espaço geográfico do município. Depois de perder sua importância portuária, Itacaré viveu um período de isolamento agravado pela crise regional da economia cacaueira, notadamente a partir dos anos 1980. Com o turismo, a produção do espaço de Itacaré permanece derivada, pois as principais atividades econômicas continuam comandadas de fora do lugar, fato que impossibilita uma internalização significativa dos benefícios do desenvolvimento turístico. Além disso, o turismo tem promovido uma reorganização espacial pautada na expansão urbana e na degradação ambiental.

Palavras-chave: formação sócio-espacial; organização do espaço; região cacaueira; Itacaré; Bahia.

Résumé

De port du cacao à destin touristique: transition fonctionnelle et permanence du space dérivé de Itacaré, commune de la region du cacao da Bahia

Ancien port du cacao, la ville de Itacaré, commune de l'état de Bahia, passe par une transition fonctionnelle au assumer, depuis les années 1990, sa actuelle fonction de destin touristique. Depuis sa origine, la commune assume fonctions tributaires qui établent une formation sociale et spatiale dérivée de autres lieux. Itacaré déjà nait tributaire, quand le village indigène, crée au debut du siecle XVIII, a produit aliments à Salvador par imposition de la couronne portugaise. Avec la introduction du cacao dans le sud de Bahia et la consolidation de sa culture, Itacaré se a rendu un important port du cacao, que a envoyé las amandes produits en son intérieur à Ilhéus et Salvador, d'où ont été exportées. La demande étrangère de cacao a été responsable, pendant la première partie du siecle XX, pour la production du space géographique de la commune. Après de perdre sa importance portuaire, Itacaré a vécu une période d'isolement, aggravé par la crise régionale de la économie du cacao, déclenché depuis de les années 1980. Avec la insertion touristique, le space de Itacaré reste dérivé, puisque ses principaux activités économiques continuent commandées de dehors du lieu, non en permettant une utilisation locale significative des bénéfices du développement touristique.

Mots clé: formation du espace; organisation spatiale; region du cacao; Itacaré; Bahia.

¹ Professor Assistente de Geografia Regional. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). - Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA). Colegiado de Geografia. - Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 16, s/n, Salobrinho, Ilhéus, Bahia, CEP 45662-000. - paulomeliani@uesc.br e paulomeliani@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Uma das especificidades do espaço dos países subdesenvolvidos é ser derivado de necessidades longínquas, criado ou transformado por demandas externas, por uma vontade estrangeira (SANTOS, 1996, p.104). Segundo o autor, o termo “derivado” foi primeiramente empregado por Maximilien Sorre, que adotou a expressão “paisagens derivadas” para mostrar a relação entre a história de países industriais e a dos países subdesenvolvidos. É nesta relação histórica que se formaram e ainda se formam espaços em países subdesenvolvidos, derivados da demanda externa, via de regra por algum produto primário, gerando regiões monoprodutoras ou transformando outras pré-existentes em função de novas necessidades.

A decadente região cacauero do sul da Bahia, atual microrregião de Ilhéus-Itabuna, onde se localiza o município de Itacaré, é um exemplo de espaço derivado, já que sua formação sócio-espacial se deu fundamentalmente em função da demanda estrangeira por amêndoas de cacau ao longo dos séculos XIX e XX. Como alternativa à decadente economia cacauero, Itacaré assume a função de destino turístico, notadamente a partir dos anos 1990 quando a economia do lugar volta-se plenamente ao turismo. Como principal chamariz turístico, o potencial paisagístico e ecológico, especialmente a faixa litorânea sul do município que é dominada por uma paisagem planáltica típica de “mar de morros”, com muitos fragmentos remanescentes de floresta ombrófila densa (Mata Atlântica).

Ações governamentais realizadas na década de 1990 objetivaram o desenvolvimento turístico, como a criação de uma unidade de conservação na faixa costeira do município em 1993 (Área de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré-Serra Grande), a ampliação do sistema de abastecimento de água do distrito-sede e a aprovação do plano de manejo da APA em 1996, além da conclusão, em 1998, das obras de pavimentação da rodovia BA-001 que liga Itacaré a Ilhéus. A pavimentação da BA-001 foi decisiva para a inserção turística no município, já que reintegrou Itacaré à região ao possibilitar um acesso rápido a Ilhéus, centro regional que possui um aeroporto com vôos nacionais diários.

Apesar da proximidade física com Ilhéus, Itacaré vivia de certo modo em isolamento até o final do século XX, resultante das dificuldades de acesso por estradas não pavimentadas em um meio natural planáltico de elevada pluviosidade. Antes de 1998, um percurso de automóvel entre Itacaré e Ilhéus, que hoje leva em torno de uma hora, durava mais de três horas, ainda assim apenas quando a ausência de chuvas permitia. Este isolamento foi, em parte, responsável pela conservação das florestas costeiras do município (fragmentos de Mata Atlântica), um dos aspectos usados como atrativo turístico de Itacaré. Dos incontáveis e informais guias de praias, trilhas e cachoeiras até os grandes empreendedores hoteleiros, “todos” estão envolvidos em atividades turísticas pretensamente ecológicas (“ecoturísticas”) em Itacaré.

A perda da importância portuária, o isolamento geográfico que se seguiu e a expansão das atividades turísticas, entre outros fatores, são responsáveis pela dinâmica social recente que reorganiza o espaço do município. Nesse sentido, primeiramente este texto apresenta um breve histórico da formação sócio-espacial da região e do município de Itacaré, procurando mostrar como o espaço geográfico regional foi produzido de acordo com interesses e desinteresses estrangeiros, notadamente os da economia cacauero.

Com a notável expansão turística dos anos 1990, a organização espacial do município de Itacaré tem agora uma outra dinâmica, também comandada de fora do lugar, que estabelece uma desenfreada expansão urbana e uma preocupante degradação ambiental, apesar do apelo ecológico das atividades turísticas. Assim, o texto

apresenta ainda uma breve análise da inserção turística e da expansão urbana do distrito-sede, tendo como base a interpretação de fotografias aéreas dos anos de 1965 e de 1997. Por fim, o texto apresenta algumas considerações sobre a permanência de Itacaré como um espaço derivado, apesar da transição funcional que vivencia.

A LAVOURA CACAUEIRA E FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Nativo das florestas equatoriais, o cacau foi introduzido no sul da Bahia em 1746 na Fazenda Cubículo, no atual município de Canavieiras, de onde foi levado em 1752 para Ilhéus (VIRGENS FILHO *et. al.*, 1993, p.07). Segundo Campos (S/D) citado por Mello e Silva; Leão; Silva (1989, p.39), por volta de 1799, a difusão de sua lavoura já havia alcançado a então Vila da Barra do Rio de Contas, a atual Itacaré. A partir do século XIX, os antigos núcleos litorâneos que concentravam a população regional até então, como os das atuais cidades de Ilhéus, Belmonte, Canavieiras e Itacaré, comandaram a conquista de suas hinterlândias ao exercerem a função de portos cacaueiros, instalados respectivamente nas desembocaduras dos rios Cachoeira, Jequitinhonha, Pardo e de Contas (Figura 1).

É nessa fase de transporte pré-mecânico que se consolidam as iniciativas do plantio de cacau no interior da região, em geral pequenas lavouras de agricultores desprovidos de maiores recursos, que se valiam fundamentalmente dos rios para transportar a produção. É também no início do século XIX, mais precisamente em 1834, que se inicia o fornecimento regular de amêndoas de cacau para o exterior, estabelecendo a partir de então uma nova fase da economia cacaueira regional, caracterizada pela ruralização da produção e da população (MELLO e SILVA; SILVA; LEÃO, 1987, p.77).

Segundo Garcez e Freitas (1979, p.21), as exportações regionais de amêndoas de cacau, que registraram um volume de aproximadamente 26,5 toneladas no ano de 1834, alcançaram em 1860 cerca de 579 toneladas (tabela 1). Para os autores, a expansão da lavoura cacaueira foi possível com a introdução de variedades mais resistentes de cacau (as variedades "Pará" e "Maranhão") que possibilitaram a extensão das roças pelas encostas, já que a primeira variedade introduzida na Bahia ocupou inicialmente as terras ribeirinhas, em função de ser extremamente exigente quanto ao grau de umidade do solo.

Entre 1860 e 1890, com a lavoura cacaueira se expandindo mais rapidamente, as exportações alcançaram, nesta última data, a marca de 3.503 toneladas de amêndoas de cacau (GARCEZ; FREITAS, 1979, p. 21). Neste período, do mesmo modo que a produção de cacau, cresce também significativamente a população das pequenas vilas da região. A então Vila da Barra do Rio de Contas (atual Itacaré) apresentou entre 1872 e 1890 um crescimento relativo de 34,1% de sua população, passando de 3.612 para 4.844 habitantes no final do período (MELLO e SILVA; SILVA; LEÃO, 1987, p.78).

Figura 1 - Localização geográfica da microrregião de Ilhéus-Itabuna e do município de Itacaré, Estado da Bahia

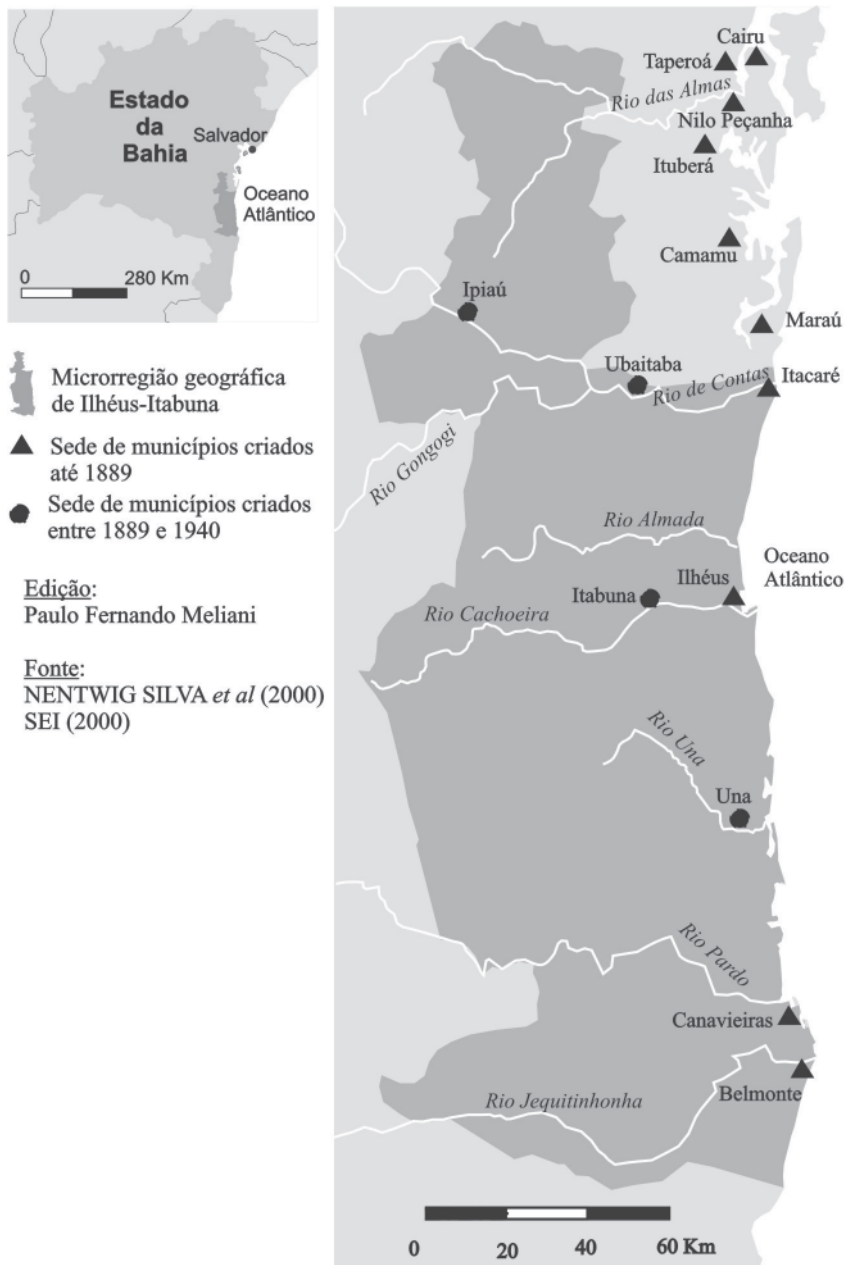


Tabela 1 - Volumes de exportação de cacau do sul da Bahia em 1834, 1860 e 1890

Ano	Volume exportado em toneladas
1834	26,5
1860	579
1890	3.503

Fonte: GARCEZ; FREITAS (1979, p.21)

A formação regional se dá de fato a partir do final do século XIX, fruto de uma expansão significativa da produção de amêndoas de cacau, possibilitada por um intenso processo migratório. Entre 1890 e 1920, a população da região cresceu cerca de 337,84%, em função das levas de imigrantes, a maioria vinda das regiões pobres e secas do sertão nordestino (MELLO e SILVA; SILVA; LEÃO, 1987, p.81), notadamente do Estado de Sergipe. Neste mesmo período (1890-1920), a população da Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), então importante porto cacauero, cresce mais de 400% (402,68%), atingindo um total de 24.350 habitantes.

As primeiras décadas do século XX, são reconhecidas como as de consolidação da cultura cacauera baiana, com produções anuais de cacau em amêndoas que ultrapassam as dezenas de milhares de toneladas (tabela 2). Apesar da consolidação da economia cacauera, a atividade monoprodutora regional desde sempre mostrou seu caráter de instabilidade, sujeitando a região a recorrentes períodos de estagnação econômica. Incertezas climáticas, incidência de pragas e doenças, variações de preços, flutuações de câmbio, concorrência de produtores africanos, entre outros fatores, sempre foram (e ainda são) agentes de risco na economia cacauera. Crises assolaram (e assolam) a região, como as ocorridas durante os tempos de guerras mundiais, quando os principais consumidores de amêndoas de cacau (Estados Unidos e Europa) reduziram suas compras. Crises na economia cacauera também foram desencadeadas por picos de produção, como em 1935, quando o excesso de produção forçou uma queda no preço das amêndoas de cacau.

Tabela 2 - Produção de cacau no Estado da Bahia (1925, 1935, 1945, 1955)

Ano	Produção de amêndoas de cacau em toneladas
1925	70.468
1935	120.162
1945	114.406
1955	144.584

Fonte: SANTOS (1957, p.102)

Segundo Virgens Filho *et al* (1993, p. 09), na segunda metade da década de 1950, os produtores de cacau estavam muito endividados, com suas envelhecidas lavouras exploradas basicamente de forma extrativista, refletindo em baixa produtivi-

vidade e tendência à estagnação. Neste contexto é criada em 1957, pelo Governo Federal, a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauera (CEPLAC) com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro da economia cacauera regional e recuperar a lavoura por meio da modernização agrícola. As ações da CEPLAC, financiadoras e de pesquisa, possibilitaram uma elevação da produtividade e da produção de amêndoas de cacau nas décadas seguintes. Entre 1963 e 1986, a produtividade da cacauicultura elevou-se de 300 para 700 kg/ha/ano, assim como a produção que passou de 106 mil para 430 mil toneladas (VIRGENS FILHO *et al*, 1993, p. 11).

Entretanto, a economia cacauera atravessa uma séria crise desde os anos 1980, desencadeada por diversos fatores, como a tendência declinante dos preços no mercado internacional e a ocorrência de doenças nos cacaueros causadas pelos fungos “vassoura-de-bruxa” (*Crinipellis perniciosá*) e “podridão-parda” (*P. palmivora*, *P. capsini* e *P. citrlophthora*). Reis (2002, p.25) aponta a década de 1980 como aquela em que a economia cacauera vivenciou a pior de todas as crises, afetando diretamente a população dos municípios da região, como a de Itacaré, que teve um decréscimo na renda de cerca de 26% entre 1980 e 1990, segundo o autor. Segundo a CONDER (2004, p. 40), a produção baiana de cacau se reduziu pela metade no início da década de 1990, de 355 mil toneladas na safra de 1989-90 para 156 mil toneladas na de 1996-1997.

DO ALDEAMENTO INDÍGENA DA BARRA DO RIO DE CONTAS AO PORTO CACAUEIRO DE ITACARÉ

A origem da cidade de Itacaré remonta o início do século XVIII, quando em um aldeamento indígena localizado junto à foz do rio de Contas, o padre Luís de Grã mandou construir uma capela em memória de São Miguel, batizando o lugar como “São Miguel da Barra do Rio de Contas” (IBGE, 1958, p.306). Segundo a mesma fonte, em 1718, a capela foi elevada a categoria de “freguesia” por ordem do arcebispo Dom Sebastião Monteiro de Vide, sugerindo-nos a existência de uma povoação, pelo menos sob o aspecto eclesiástico, ou seja, um conjunto de paroquianos.

A igreja de São Miguel tem em sua fachada a inscrição “1723”, ano da provável conclusão de sua construção, pelo menos é o que se sabe pelo senso comum. Em 1732, a povoação de São Miguel foi elevada tanto à categoria de Vila quanto à categoria de Município, quando por ordem da então donatária da Capitania de Ilhéus, Ana Maria Ataíde e Castro, a Condessa de Resende, passou a ser denominada “Vila da Barra do Rio de Contas”.

Itacaré já nasce como espaço derivado, pois a partir de 1648, com o desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar na Capitania da Bahia (Salvador), as vilas situadas ao norte de Ilhéus, por imposição da Coroa Portuguesa, tornaram-se tributárias da capital da colônia no abastecimento de alimentos. Assim, no seu primeiro século de existência, a então Vila da Barra do Rio de Contas, do mesmo modo que Camamu, Boipeba e Cairu, destacou-se na produção de arroz e farinha de mandioca, produtos que eram enviados a Salvador (MELLO e SILVA; SILVA; LEÃO, 1987, p.50).

O rio de Contas, que nasce na Chapada Diamantina e atravessa o sertão baiano, era uma via de integração entre o interior e o litoral. Spix e Martius (1976, p.151), em passagem pela Vila da Barra do Rio de Contas ao final da década de 1820, descrevem a paisagem da foz do rio, onde então estavam fundeadas pequenas embarcações. Segundo os viajantes alemães, estas embarcações levavam produtos do Alto Rio de

Contas (fumo, toicinho, couro e peles) para Salvador, de onde vinham pelas mesmas embarcações os gêneros de necessidade para a província.

Segundo Santos (1957, p.59), ainda nos primórdios da lavoura cacaueteira, a antiga Vila da Barra do Rio de Contas assumiu a função de porto cacaueteiro e comandou a conquista de sua hinterlândia, onde surgiram várias localidades ao longo do rio de Contas, como Taboquinhas (atual distrito de Itacaré) ou Itapira (atual cidade de Ubaitaba). No final do século XIX, o pequenino porto da Barra do Rio de Contas chegou a rivalizar com o de Ilhéus na exportação de amêndoas de cacau, como em 1900, quando exportou 6.793 toneladas contra 5.991 toneladas exportadas por Ilhéus (SANTOS, 1957, p.57).

É neste período, o de consolidação da economia cacaueteira na região que, em 1931, a Vila da Barra do Rio de Contas, após ter sido incorporada politicamente por Itapira (atual Ubaitaba), torna a ser, no mesmo ano, sede municipal e recebe a denominação de "Itacaré" (IBGE, 1958, p.306). O termo "Itacaré", que em tupi significa "pedra torta", é uma provável alusão às estruturas bandadas e sinuosas das rochas metamórficas que afloram junto à foz do rio de Contas, bem como por toda a costa sul do município.

O sítio da cidade de Itacaré se caracteriza pela ocorrência de outeiros e morros cristalinos entremeados por planícies marinhas quaternárias e, como em toda a costa sul do município, da foz do rio de Contas (na sede) até a foz do Tijupe (ao sul no limite com o município de Uruçuca) apresenta como característica fundamental o contato do planalto cristalino pré-cambriano com o oceano Atlântico. Este contato estabelece um relevo elevado ao longo da costa que, modelado sob a forma de morros e outeiros, alcança o mar em uma sucessão de costões e promontórios intercalados por pequenas praias. Este relevo movimentado do planalto dificultou a integração do espaço costeiro à dinâmica econômica do cacau, devido à falta de rios navegáveis e de caminhos acessíveis aos animais de carga, dos quais dependia o transporte das amêndoas de cacau.

PERDA DA IMPORTÂNCIA PORTUÁRIA, CRISE REGIONAL E ISOLAMENTO GEOGRÁFICO DE ITACARÉ

Na paisagem do distrito-sede de Itacaré é possível identificar características da antiga Vila da Barra do Rio de Contas, de quando esta assumiu sua antiga função de porto cacaueteiro no início do século XX. Ruas estreitas com pavimentação de pedra remontam um tempo em que as vias de circulação atendiam apenas pedestres e animais de carga. Sobrados de estilo neoclássico, comum aos casarões dos fazendeiros de cacau de então, se destacam na paisagem. Apesar de alguns casarões se encontrarem em estado de degradação por abandono, outros estão sendo usados como estabelecimentos comerciais ou de serviços, especialmente pousadas, bares e restaurantes.

Ainda na primeira metade do século XX, Itacaré começa a perder sua importância regional, tanto em função das condições naturais de seu porto, de baixo calado, quanto pelas melhorias empreendidas no antigo porto de Ilhéus (VINHÃES, 2001, p.164), este o grande distribuidor da produção regional de cacau. Segundo Santos (1957, p.57), em 1905, Ilhéus exportou 11.083 toneladas de amêndoas de cacau contra 7.200 exportadas pelo porto de Itacaré. Em 1954, foram 96.282 toneladas exportadas por Ilhéus contra 3.800 exportadas por Itacaré. A perda da importância

portuária de Itacaré e as dificuldades de transporte limitaram o uso das terras em toda a costa sul do município, contribuindo para a manutenção de contínuos remanescentes florestais.

Com o agravamento da crise regional a partir dos anos 1980, muitos agricultores, alguns inclusive espoliados das fazendas de cacau da região, se viram impelidos a ocupar as terras improdutivas junto a costa sul de Itacaré, e hoje sobrevivem do cultivo de subsistência em terras outrora florestadas. Cavalcanti (1994, p.6), referindo-se provavelmente a década de 1980 e ao início da década de 1990, afirma que as florestas, das terras próximas à costa de Itacaré, têm sido ocupadas por trabalhadores rurais insatisfeitos com as condições recebidas nas roças de cacau. Assentamentos de trabalhadores rurais na bacia do rio Jeribucassu em Itacaré, como o projeto da Marambaia, que teve sua área de cerca de 8 km² (8.095.777 hectares) desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1986, confirmam o processo de ocupação recente da faixa costeira do município.

A evolução do uso da terra na bacia do rio Jeribucassu permite reconhecer um pouco das transformações sócio-espaciais ocorridas na faixa costeira sul do município de Itacaré. Observando fotografias aéreas dos anos 1964 (SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL, 1964), percebe-se que praticamente toda a faixa costeira sul do município de Itacaré era recoberta por florestas. Segundo Silva e Meliani (2005, p. 232), na superfície da bacia do rio Jeribucassu, as áreas com cobertura arbórea dominante somavam, em 1965, cerca de 87,46% (25,91 km²), enquanto que em 1997, apesar de ainda majoritárias, somavam apenas 50,84% (15,06 km²). Segundo Meliani (2001, p.47), a cobertura arbórea da bacia do Jeribucassu já estava distribuída, em 1997, em fragmentos florestais isolados, excetuando-se uma grande área contínua com cerca de 7 km², restrita às encostas e ao alto dos morros da Serra do Capitão, no extremo oeste da bacia. Da superfície recoberta por florestas em 1965, apenas cerca de 51,71% (13,40 km²) mantiveram-se até 1997, enquanto que outros 40,07% (10,38 km²) foram desmatados com corte raso da vegetação.

As áreas com cobertura vegetal herbáceo-arbustiva (cultivos e pastagens), que somavam apenas 7,12% (2,11 km²) em 1965, já ocupavam, em 1997, 38,60% (11,43 km²) da superfície da bacia do Jeribucassu, distribuindo-se por uma faixa central, justamente onde as terras estão mais parceladas em pequenas propriedades (MELIANI, 2001, p.46). Alguns dos agricultores que adquiriram a terra por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em entrevista a Cavalcanti (1994, p.53), afirmaram que encontraram as terras recobertas por florestas ou capoeirões.

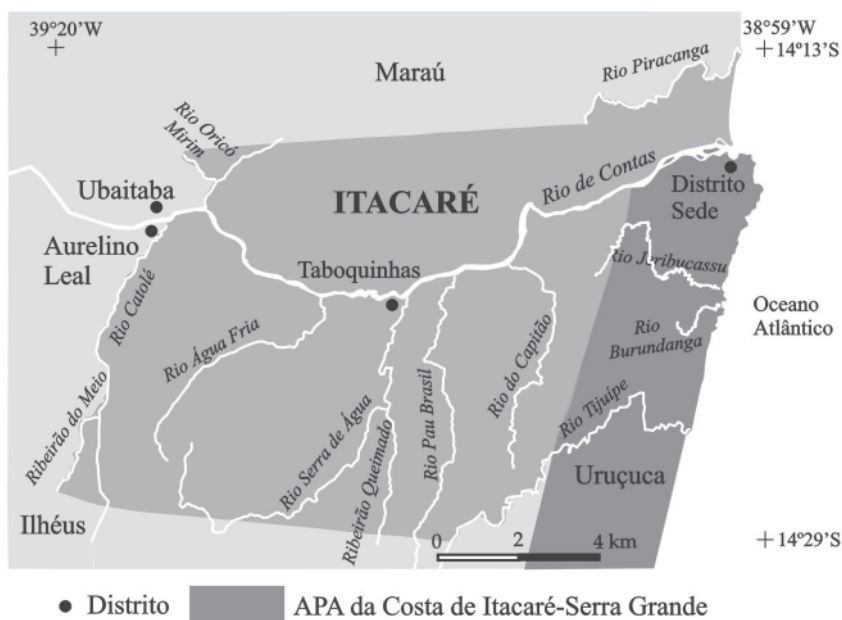
INSERÇÃO E EXPANSÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ITACARÉ

Além das transformações sócio-espaciais advindas de questões agrárias, a expansão das atividades turística também tem promovido mudanças no uso da terra do município, com a pavimentação de estradas, a abertura de caminhos, a edificação de residências, pousadas e instalações de infra-estrutura turística, como as necessárias para o setor de comércio e serviços. As atividades turísticas no município são relativamente recentes, desenvolvendo-se basicamente a partir dos anos 1970 e 1980 quando Itacaré era apenas um lugar de veraneio para algumas famílias de classe média da região (CONDER, 2004, p. 36). O incipiente turismo nestas décadas, se restringia a poucos surfistas e hippies que enfrentavam as difíceis condições de acesso para chegar a um lugar, até então, considerado inóspito.

Cabe destacar que hippies e surfistas são considerados os “descobridores” das praias de Itacaré, ainda nos anos 1970, quando o turismo se restringia basicamente a visita de poucos veranistas de famílias de cacauicultores de algumas cidades da região, como Ilhéus, Itabuna, Ubaitaba, entre outras. Segundo Scranfield (1998, p. 02), no começo dos anos 1970, grupos de surfistas de Salvador costumavam viajar pelo litoral nordestino em busca de novos “picos” (praias com boas ondas para a prática do surfe). Assim, segundo o autor, um grupo de surfistas observando em um mapa a foz do rio de Contas, deduziram que ali poderia haver boas ondas e trafegando por estradas esburacadas chegaram a Itacaré e, a partir de então, viagens com o objetivo de “surfar” em Itacaré começaram a ser frequentes. Atualmente Itacaré é um lugar conhecido, inclusive internacionalmente, como de boas condições para a prática do esporte, fato que talvez se constitua como o maior atrativo do município.

Aliadas ao surfe, as paisagens de Itacaré, ainda bastante dominadas por aspectos naturais (praias, cachoeiras, florestas), se constituem como atrativo turístico do município, tanto que o Governo do Estado da Bahia criou uma unidade de conservação na faixa costeira entre a sede de Itacaré e o distrito de Serra Grande, no município vizinho de Uruçuca (figura 2). A “Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa de Itacaré-Serra Grande”, criada em 1993, possui cerca de 168 km² de superfície, delimitada por uma faixa de 6 km de largura por 28 km de comprimento, entre o rio de Contas em Itacaré e o rio Sargi em Serra Grande. Por meio de um Plano de Manejo, que determina um ordenamento do uso da terra, inclusive no distrito-sede de Itacaré, pretende-se a conservação das paisagens de modo a permitir uma “sustentabilidade” as atividades turísticas desenvolvidas atualmente no município.

Figura 2 - Localização geográfica da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa de Itacaré-Serra Grande



Fonte: MENDONÇA (1979); SEI (2000); MELIANI (2003)
Edição: Paulo Fernando Meliani

Mudanças nas características populacionais do município são marcantes na década de 1990, período no qual Itacaré assume plenamente sua atual função turística, em virtude da visita de turistas extra-regionais e internacionais. O incremento da população urbana no distrito-sede de Itacaré entre 1991 e 2000 foi de cerca de 39,10%, passando de 6.289 habitantes no início da década para 8.748 ao final dela (IBGE, 1991; IBGE, 2001). A paisagem da pequena cidade de Itacaré reflete sua atual característica multifuncional, uma combinação de atividades residenciais, administrativas, escolares, comerciais e, cada vez mais, de serviços, em especial os turísticos como pousadas, restaurantes, agências de passeios e práticas esportivas, entre outros serviços.

Nos anos 1990, houve um significativo incremento (cerca de 50%) no número de hotéis e pousadas em Itacaré, que passaram de 19 em 1992 para 40 em 2001 (VeS ENGENHEIROS CONSULTORES, 1996, p. 107; TÔRRES, 2001, p. 23). A estrutura hoteleira de Itacaré passa a contar, a partir de 2001 com cerca de 835 leitos disponíveis para hospedagem, um incremento da ordem de 213% no período, já que contava em 1992 com apenas 266 leitos (tabela 3). Tôrres (2001, p. 37) chama a atenção para o fato de que na cidade de Itacaré existem muitas residências que, durante a temporada, são desocupadas para aluguel aos turistas, aumentando a capacidade de hospedagem da cidade.

Tabela 3 - Número de hotéis/pousadas e leitos para hospedagem do distrito-sede de Itacaré (1992, 2001 e 2003)

Ano	Número de hotéis e pousadas	Número de leitos para hospedagem
1992 ¹	19	266
2001 ²	40	835

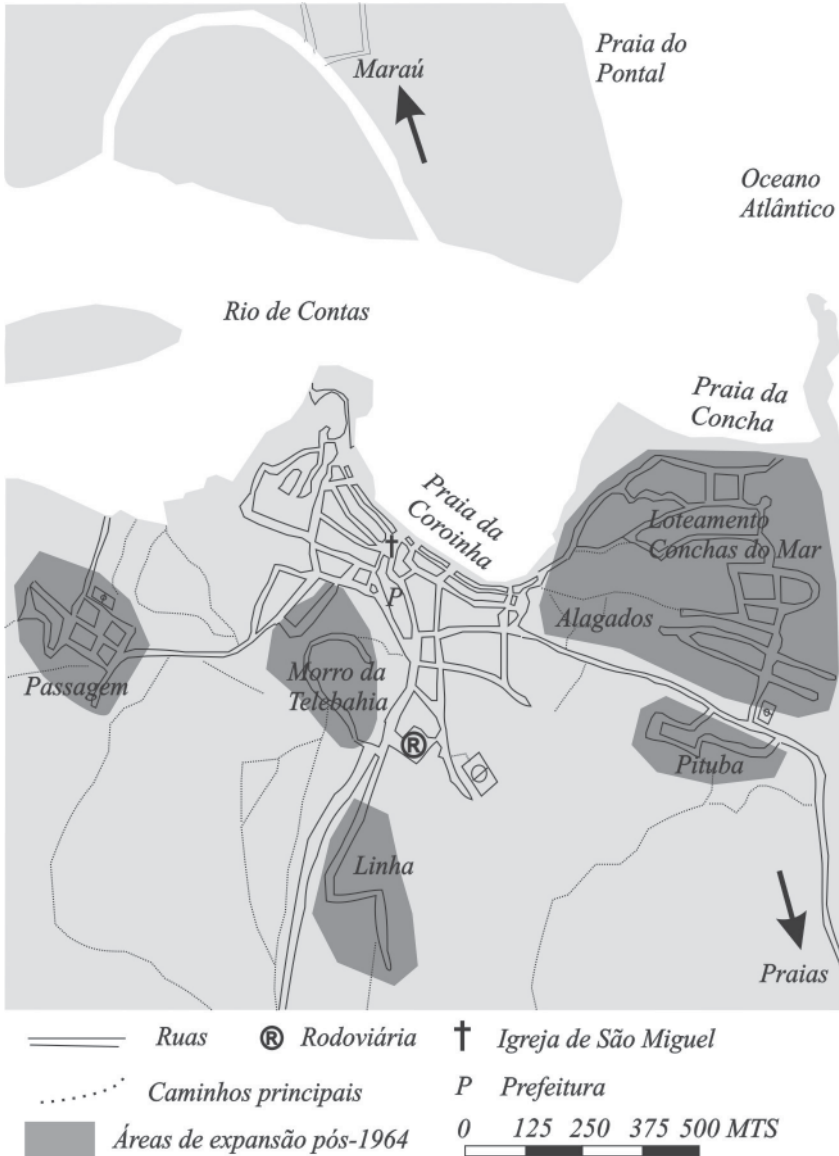
Fonte: ¹ VeS ENGENHEIROS CONSULTORES (1996, p. 107)

² TÔRRES (2001, p. 23)

EXPANSÃO URBANA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Por meio da interpretação de fotografias aéreas verticais (SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL, 1964) e de mosaicos de fotografias aéreas coloridas não convencionais (IESB, 1997) é possível fazer uma breve análise temporal da planta do distrito-sede de Itacaré (Figura 3). A análise temporal, entre os anos de 1964 e 1997, evidencia a recente expansão urbana para leste em direção à praia da Concha, com a ocupação do bairro dos "Alagados" e com o loteamento "Conchas do Mar". Outros bairros se formaram no período, como o bairro da "Pituba", a sudeste do núcleo central junto ao caminho das praias do Resende, da Tiririca, da Costa e Ribeira, bem como o bairro da "Passagem", formado a noroeste do núcleo central, e o da "Rua da Linha" junto à entrada da cidade. Segundo os moradores, o bairro da Rua da Linha originou-se, a partir de 1997, de uma ocupação feita por algumas famílias de trabalhadores que vieram trabalhar na pavimentação da rodovia Ba-001 (Ilhéus-Itacaré).

Figura 3 - Expansão urbana do distrito-sede de Itacaré, Bahia



Fonte: Fotografias aéreas em escala 1:25.000
 (SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL, 1964; IESB, 1997)
 Fotointerpretação e edição: Paulo Fernando Meliani

Guardadas as proporções, os problemas ambientais que afetam a cidade de Itacaré são da mesma natureza socioeconômica daqueles que afligem a população de qualquer cidade brasileira: habitação, saneamento e abastecimento de água, entre outros. A questão habitacional relaciona-se diretamente com a recente expansão urbana de Itacaré, um processo que promove grande demanda por imóveis e uma conseqüente especulação imobiliária sobre os terrenos mais próximos ao centro e praias. Resta a população de baixa renda, a ocupação de espaços periféricos ainda pouco valorizados por seu maior distanciamento, como os bairros da Passagem e do Porto de Trás. Áreas que apresentam limitações naturais para a ocupação, como encostas e várzeas, também são a alternativa de habitação para parte da população mais carente de recursos, como a que vive nos bairros da rua da Linha e dos Alagados.

Arelados à questão habitacional estão os problemas de saneamento básico, em especial as deficiências de coleta e destino do esgoto e do lixo urbano. Como a rede de coleta de esgotos, recém implantada, é restrita ao centro e a alguns dos bairros de Itacaré, as soluções sanitárias adotadas, geralmente fossas e ligações diretas em cursos d'água, se constituem em problemas sociais e ecológicos que vão desde a proliferação de doenças até modificações na dinâmica dos sistemas naturais dos solos e das águas. O lixo produzido na cidade se constitui em um grande problema para o município, que não possui aterros sanitários, sendo parte despejada a "céu aberto" em uma área de cabeceira de drenagem do rio Canoeiro, onde pessoas vivem em situação degradante e humilhante, a "catar" algo que possa lhes ajudar na subsistência.

O esgoto retirado das fossas pelos caminhões "limpa-fossa" tem um destino semelhante ao do lixo, só que com um agravante, é lançado em uma área de cabeceira de drenagem do Jeribucassu, rio que tem parte de suas águas captada para o abastecimento público de Itacaré. Desde 1996, a rede de abastecimento de água da cidade de Itacaré recebe contribuição do rio Jeribucassu, em virtude do riacho da Ribeira, onde está a captação de água mais antiga e utilizada, não contemplar a demanda em determinadas épocas do ano, especialmente quando da presença de turistas (temporada). Além da poluição, a bacia hidrográfica do rio Jeribucassu vem sendo intensamente desmatada nas últimas décadas, incrementando os processos de erosão dos solos e de sedimentação fluvial comprometendo a conservação de nascentes e riachos, bem como a captação de água para abastecimento.

TRANSIÇÃO FUNCIONAL E PERMANÊNCIA DO ESPAÇO DERIVADO DE ITACARÉ

A função de destino turístico de Itacaré, apregoada como alternativa à crise regional da economia cacauero, parece pouco modificar as questões sociais do lugar. O turismo não tem proporcionado oportunidades significativas de uma transformação social, que melhore substancialmente as condições de existência da população mais carente de recursos em Itacaré. Apesar das atividades turísticas empregarem pessoas do lugar, seu controle é fundamentalmente dinamizado de fora, por agentes de turismo e empresários dos grandes centros, justamente de onde partem os turistas que visitam Itacaré e região. O lucro principal das atividades turísticas não é significativamente internalizado no município, indo majoritariamente para os centros de controle das atividades turísticas localizados em outras cidades.

Com o turismo, a população do lugar tem algumas oportunidades de trabalho como empregados do setor de comércio e serviços, quase sempre em funções de

baixa qualificação e renda. As vagas de trabalho mais especializado, como as dos hotéis mais sofisticados (que exigem, por exemplo, o conhecimento de outras línguas), são muitas vezes ocupadas por pessoas vindas de outros lugares, onde estudaram e obtiveram experiência profissional. Entretanto, cabe ressaltar, que a inserção turística modificou as condições primárias da população do lugar, bem como de suas perspectivas de educação, trabalho e renda.

Na Itacaré pré-turismo, o acesso a serviços básicos (educação e saúde) limitava-se as possibilidades oferecidas no município (bastante precárias, como ainda o são), e as perspectivas de melhoria das condições de vida eram praticamente nulas. A pavimentada, por exigência turística, rodovia BA-001, permite aos moradores de Itacaré um acesso mais rápido a Ilhéus e a Itabuna, principais cidades da região, que oferecem melhores serviços públicos (hospitais, melhores escolas de ensino médio e universidades), apesar de também bastante precários.

Muitos nativos de Itacaré, principalmente os mais velhos que vivenciaram o período de decadência econômica e de isolamento geográfico, têm uma percepção favorável do turismo, notadamente em função da integração regional possibilitada pela pavimentação da estrada para Ilhéus. Do mesmo modo, a percepção das perspectivas de trabalho após a inserção do turismo em Itacaré também se modificou favoravelmente. Até 1990, com o isolamento geográfico do lugar, as perspectivas de trabalho e renda ou mesmo de ascensão social via educação eram praticamente nulas. Os indivíduos que pretendiam, por meio do estudo ou do trabalho, mudar as próprias condições de vida e as da família, tinham que se mudar, migrando para maiores cidades da região (Ilhéus e Itabuna) ou mesmo para os grandes centros.

Outro aspecto favorável, e que representa uma internalização parcial dos resultados do turismo, diz respeito as iniciativas empresariais, tanto de pessoas do lugar quanto de pessoas que para Itacaré migraram, gerando empregos para a população local nas pousadas, lanchonetes, bares, restaurantes, barracas de praia, agências de passeio e de prática esportiva. Muitos dos comerciantes e pequenos empresários são oriundos de outros lugares, notadamente de grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, etc) que, por vezes cansados da vida nas metrópoles, se estabelecem em Itacaré investindo suas economias no comércio e no setor de serviços.

Os espaços atualmente valorizados pelo turismo em Itacaré, notadamente a porção costeira sul do município, pouco foram utilizados para o plantio do cacau, fato que proporcionou um domínio de elementos naturais à paisagem. Compreender a formação e organização do espaço de Itacaré implica considerar a herança geográfica expressa na paisagem, construída num meio tropical úmido, primeiro sob a égide da monocultura do cacau e agora pelo turismo. Nos dois momentos, a função do espaço foi e é dinamizada de fora do lugar, acarretando em perda local do controle das atividades econômicas mais importantes, e a conseqüente dificuldade de uma internalização significativos benefícios do desenvolvimento turístico.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Márcio Alves. **Estratificação de ambientes, com ênfase no solo, da região de Itacaré – BA**. 1994. 73 f. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1994.

CONDER. **Plano Diretor Urbano de Itacaré - versão para discussão com a comunidade local**. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Salvador, BA: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, março de 2004.

DDF. Departamento de Desenvolvimento Florestal. **Projeto de criação do Parque Estadual da Serra do Conduru**. Salvador, BA: Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Governo do Estado da Bahia, janeiro de 1997.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antonio Fernando G. de. **Bahia Cacauera**: um estudo de história recente. Estudos baianos. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 1979.

IBGE Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1958. Volume XX (Municípios do Estado da Bahia).

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1991.

IBGE. **Censo 2000 – Dados Preliminares**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2001.

IESB. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia. **Bacia do Jeribucassu**: foto aérea. Ilhéus, Bahia, 1997. Escala 1: 25.000. Mosaico georreferenciado de fotografias aéreas não convencionais.

MELIANI, Paulo Fernando. **Mapeamento e análise quantitativa da rede hidrográfica da bacia do rio Jeribucassu, Itacaré, Bahia**. 2001. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 07 de junho de 2001.

MELIANI, Paulo Fernando. **Análise geomorfológica das bacias dos rios Jeribucassu e Burundanga, Itacaré, Bahia – Mapeamento em escala 1: 25.000**. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 21 de março de 2003.

MELLO e SILVA, S.; LEÃO, S.; SILVA, B. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia – Evolução e dinâmica**. Salvador, Bahia: Centro Editorial e Didático da UFBA (Universidade Federal da Bahia), 1989.

MELLO e SILVA, S. C. B.; SILVA, B. M. N.; LEÃO, S. O. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Série Estudos Regionais (16). Recife, PE: SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), 1987.

MENDONÇA, José Resende. **Fotointerpretação do município de Itacaré (BA)**. Ilhéus: CEPLAC, 1979. 297,0 x 420,0 mm. Escala 1: 108.000.

NENTWIG SILVA, Barbara-Christine; NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso; PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Jaimeval Caetano de; CUNHA, Maria da Conceição de Oliveira; MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de. **Atlas Escolar, Bahia**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB: Grafset, 2000. 171p. 1 atlas.

REIS, Danilo José Santana dos. **Comportamento dos indicadores sócio-econômicos do município de Itacaré no período de 1971 a 1996**. 2002. 56 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2002.

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau – Introdução ao Estudo Geográfico**. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1957. 125 p.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 4ª ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1996. 113 p.

SCRANFIEL, Lawrence. A história do surfe em Itacaré. **Informativo Turístico de Itacaré**. Ano I, n. 4, Set 98.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Gerência de Recursos Naturais. Governo da Bahia. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Secretaria da Educação. **Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia**. Salvador, 2000. 1 mapa, color. Escala 1: 1.500.000.

SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL. **Costa de Itacaré**: foto aérea. Rio de Janeiro, 1964. Escala 1: 25.000. Fx 205, n. 15.

SILVA, Maurício; MELIANI, Paulo Fernando. Dinâmica sócio-espacial recente em Itacaré (BA) – O desmatamento da bacia do rio Jeribucassu entre 1965 e 1997. **Especiaria**. Revista da UESC / Universidade Estadual de Santa Cruz. BA, Ilhéus, Ano 6, n. 11/12, p. 221-240, Ago 2005.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Volume II. 3ª edição. São Paulo, SP: Melhoramentos / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Ministério da Educação e Cultura, 1976. 270 p.

TÓRRES, Ana Paula. **Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da cidade de Itacaré (BA)**. 2001. 51 f. (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

VeS ENGENHEIROS CONSULTORES. **Diagnóstico do meio físico, biótico e socioeconômico da Área de Proteção Ambiental de Itacaré-Serra Grande**. Salvador, BA, 1996. 134 p.

VINHÃES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus**: da capitania ao fim do século XX. Ilhéus, BA: Editus, 2001. 352 p.

VIRGENS FILHO, A. de C. *et. al.* **A CEPLAC e a crise da lavoura cacauzeira**. Fórum Setorial do Cacau. Ilhéus, Bahia: CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira), 1993.

Recebido em agosto de 2005

Revisado em outubro de 2005

Aceito em janeiro de 2006